



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0004253-26.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 122/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Ederson Thiago Cardoso**
 Vítima: **Rodrigo Mantovani Aggio**

Aos 25 de junho de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Drº **Gustavo Ferronato - Promotor de Justiça Substituto**. Ausente o réu Ederson Thiago Cardoso. Presente o seu defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas duas testemunhas de acusação, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da vítima, o que foi homologado pelo MM. Juiz. **Pelo MM. Juiz foi dito:** "Decreto a **revelia** do réu". Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. EDERSON THIAGO CARDOSO, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, §§ 1º e 4º incisos I e II, c.c. artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, porque no dia 23 de abril de 2016, por volta das 02h45min, na Rua Vicente Petrili, número 32, Jardim Paulistano, nesta cidade e comarca de São Carlos, tentou subtrair, para si, durante o repouso noturno, mediante rompimento de obstáculo e escalada, 01 mochila da marca Sony/Vaio; 01 máquina fotográfica da marca Sony; 01 notebook da marca Acer; 01 barra de chocolate; 01 teclado; 02 adaptadores USB; 01 videogame Playstation II, com dois controles remotos e dois cartões de memória; 02 videogames Nintendo; 04 isqueiros de marcas variadas; 02 carregadores de celulares; 01 celular da marca LG e 01 óculos de sol da marca Chilli Beans, bens avaliados globalmente em R\$3.687,00, de propriedade da vítima *Rodrigo Mantovani Silva Aggio*, somente não se consumado o delito por circunstâncias alheias à sua vontade. Apurou-se que o denunciado, de madrugada, visando a prática de furto, dirigiu-se até à residência acima mencionada. Lá chegando, valendo-se da falta de vigilância, escalou o muro da casa vizinha e o muro da casa da vítima (aproximadamente quatro metros de altura), até alcançar a sacada desta última. No interior da sacada, arrombou a porta de acesso ao



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

quarto da vítima e tomou o interior deste. Em seguida, passou a recolher os bens acima descritos e os colocou dentro da mochila. Ocorre que vizinhos ouviram barulhos oriundos do interior da residência da vítima e acionaram a Polícia Militar. Os policiais foram ao local e encontraram o denunciado dentro da residência em poder da mochila, com todos os bens acima descritos em seu interior, fato que motivou sua prisão em flagrante. Os bens foram apreendidos e entregues à vítima. Dessa forma, o crime somente não se consumou por circunstâncias alheias à vontade do denunciado, qual seja, pela rápida e eficiente ação da Polícia Militar. A denúncia foi recebida em 17 de junho de 2016 (fls. 94/95). Designou-se audiência para oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo (fl. 115). O réu foi citado por edital e, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal, o processo e o prazo prescricional foram suspensos (fl. 147). Em audiência, o réu aceitou a proposta de suspensão condicional do processo, ocasião em que foi deliberada a suspensão pelo prazo de dois anos, mediante imposição de determinadas condições (fls. 153/154). O réu descumpriu as condições impostas, razão pela qual houve a revogação do benefício (fl. 183). Resposta à acusação às fls. 192/193. Nesta solenidade, procedeu-se à oitiva de duas testemunhas, sendo decretada a revelia do réu, havendo desistência quanto à inquirição da vítima. Realizados os debates orais, o Ministério Público requereu a condenação nos termos da denúncia. A Defensoria Pública, por sua vez, pugnou pela absolvição. Em caso de condenação, afastamento do furto noturno, pena mínima, reconhecimento da confissão na fase policial, redução máxima da pena pela tentativa e pena alternativa. **É o relatório. Fundamento e DECIDO.** A ação penal é parcialmente procedente. A materialidade está demonstrada pelo auto de exibição/apreensão de fls.71/76, pelo auto de avaliação de fls.77 e pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Ouvido em sede extrajudicial, o réu admitiu a prática da tentativa de furto mencionando que ingressou na residência e com o intuito de apoderar-se de bens, posicionou-os em uma mochila, havendo sido surpreendido pela polícia militar sem que houvesse efetivada a subtração (fls.67). Em juízo, quedou-se revel. De qualquer forma a confissão empreendida no curso das investigações harmoniza-se com os elementos amealhados em contraditórios. Os policiais militares Evandro Barbosa de Oliveira e Renato Scuraccio prestaram declarações uniformes sobre o fato, confirmando que chegou ao seu conhecimento que havia uma pessoa subtraindo bens da residência mencionada na denúncia. No local surpreenderam o denunciado na posse da mochila, no interior da qual havia aparelhos eletrônicos, os quais foram restituídos à vítima. As circunstâncias da abordagem não deixam dúvida quanto a responsabilidade criminal do acusado. De outra parte, malgrado o teor do laudo pericial de fls.83/89, não há nos autos prova suficiente quanto a incidência das qualificadoras. Nesse particular, o réu nada declarou na fase policial sobre a forma como ingressou no imóvel. As testemunhas ouvidas na presente audiência, limitaram-se a relatar que surpreenderam o réu na posse da *res*, de modo que de suas declarações não se extrai a conclusão de que a tentativa de furto tenha sido levada a efeito mediante escalada e/ou rompimento de obstáculo. Da mesma forma, não se demonstrou a saciedade que no momento do conatus a vítima ou terceiros exercessem menor vigilância sobre os bens. Em consequência, o réu dever ser condenado pela prática de furto


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

simples na forma tentada. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em 1 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Reconheço em favor do acusado a atenuante prevista no artigo 65, III, "d", do Código Penal, uma vez que apesar de não confirmada em juízo, a admissão de responsabilidade referida a fls.67, serviu de fundamento para a condenação. Como a pena-base foi fixada no mínimo, não há redução (Súmula 231 do STJ). Em atenção ao disposto no parágrafo único, do artigo 14 do Código Penal, e considerando o *iter criminis* percorrido, reduzo a reprimenda no patamar intermediário de metade, pois de acordo com a prova produzida, a conduta do réu distanciou-se igualmente dos atos preparatórios e da consumação, do que resulta a sanção de 6 (seis) meses de reclusão e 5 (cinco) dias-multa. Torno-a definitiva, pois não há outras circunstâncias que ensejem a exasperação ou o abrandamento. Fixo multa mínima em razão da capacidade econômica do autor do fato. Com fundamento no artigo 33, §2º, "c", do Código Penal, estabeleço o regime aberto para cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada. Presentes os requisitos do artigo 60, parágrafo 2º, do Código Penal, substituo a pena privativa de liberdade por uma de multa, na proporção de 10 (dez) dias-multa, em valor mínimo. Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação penal e **condeno** EDERSON THIAGO CARDOSO como incurso no artigo 155, *caput*, c.c. artigo 14, II, do Código Penal, a pena de 6 (seis) meses de reclusão em regime aberto, e ao pagamento de 5 (cinco) dias-multa, substituída a privativa de liberdade por 10 (dez) dias-multa, em valor mínimo. Diante da pena concretamente aplicada, o réu poderá apelar em liberdade. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Intime-se o réu da sentença. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público: